



O PAPEL DO PROFESSOR NO DIAGNÓSTICO PRECOCE DA CRIANÇA DISLÉXICA

ARTIGO ORIGINAL

CAMPOS, Carlos Palmeira¹, FABER, Myrian Abecassis²

CAMPOS, Carlos Palmeira. FABER, Myrian Abecassis. **O papel do professor no diagnóstico precoce da criança disléxica.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 07, Ed. 07, Vol. 04, pp. 05-18. Julho de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/crianca-dislexica>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/crianca-dislexica

RESUMO

A dislexia trata-se de um transtorno específico de aprendizagem que se origina nos sistemas cerebrais responsáveis pelo processamento fonológico, afetando o domínio da linguagem, a capacidade de simbolização, a leitura e a escrita. Até o presente momento, os estudos apontam a dislexia como um transtorno crônico, porém, quando diagnosticada precocemente, podem ser realizadas intervenções multidisciplinares capazes de fornecer melhor desenvolvimento cognitivo, intelectual e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida do indivíduo. Com base nesse pressuposto, a questão norteadora deste estudo é: qual é o papel do professor no diagnóstico precoce da dislexia? Diante disso, teve-se como objetivo abordar sobre essa deficiência e apresentar como o professor pode contribuir para o reconhecimento e o diagnóstico precoce da criança disléxica. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados da BVS e da SCIELO e em revistas científicas de educação, artigos científicos, livros, entre outros, a partir da qual foi possível concluir que, para a superação da dislexia nos estudantes, deve ser realizadas ações que promovam diagnóstico precoce e proporcionem o suporte de profissionais qualificados. Para isso, os profissionais da educação devem ter uma formação adequada, bem como competências e habilidades. Ademais, cabe ao governo, o desenvolvimento de políticas que incentivem e contribuam para o diagnóstico precoce da dislexia e para a formação contínua dos professores.

Palavras-chave: Dislexia, Distúrbio, Aprendizagem, Professor, Aluno.



1. INTRODUÇÃO

Do ponto de vista etimológico, a palavra dislexia deriva do latim e do grego, sob a conjunção dos seguintes conceitos: **dis** = distúrbio + **lexia** = leitura (do latim) ou linguagem (do grego) (ALMEIDA, 2004).

Sendo assim, Oliveira (2017) esclarece que a dislexia é um distúrbio de prescrição neurológica que aflige a área intelectual, adulterando as informações e induzindo o sistema cerebral a processar as informações de forma distinta ao do manifestado, caracterizando um desvio. Nesse aspecto, ela não ocorre por causa do comprometimento do desenvolvimento cerebral em consequência de fatores como: fetação indevida, manejo impróprio ou nascimento frustrado, mas se trata de uma deficiência hereditária, salvo em Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Posto isso, o indivíduo dislético possui dificuldade quanto a decodificação das palavras e o processamento fonológico, em fragmentar as palavras separando-as em unidades menores de som e transmutar os **grafemas**, que podem representar sílabas (**grafemas** silábicos), ideogramas (**grafemas** ideogrânicos) ou abjads (**grafema** consonantal) em palavras. Diante disso, acreditava-se que a dislexia originava-se da deficiência na organização visual e que afligia simplesmente o vocabulário escrito. No entanto, investigações atuais apresentaram resultados em que os problemas de leitura originam-se também de deficiências nas competências fonológicas, na memória e na evolução do falar (LOIS, 2008 *apud* EDIR, MATOS e MEIRA, 2016).

Os alunos portadores de dislexia frequentemente exibem um quadro de dificuldade na aprendizagem, o que pode levá-los a apresentar distúrbios tristes e atuação antissocial. Entretanto, expandem outras competências que permitem elucidar problemas simples. Nesse contexto, pesquisas confirmam que alunos disléticos costumam expor um vocabulário idêntico aos demais alunos do mesmo período, apesar de terem um domínio mais limitado da sintaxe e de manifestarem mais erros de pronúncia, menor conhecimento fonológico e maior impasse para escrever nomes, objetos e repetir palavras novas (PAIXÃO, 2015).



Posto isso, Guerreiro (2012, p. 102) aborda que “o diagnóstico precoce beneficia sempre a criança, uma vez que se este não se realizar, caminharíamos no sentido de um modelo de intervenção de ‘remediação’ mais do que de ‘prevenção’”.

Assim, destaca-se que o processo de detecção e de reconhecimento precoce da dislexia é interessante, pois quanto antes ocorrer essa descoberta, mais rápido será a aplicação da intervenção nos processos de acomodação na socialização do aluno, a fim de contribuir com o seu desenvolvimento de aprendizagem.

Pensando nisso, esse artigo buscou analisar, enquanto questão norteadora: qual é o papel do professor no diagnóstico precoce da dislexia? Logo, teve-se como objetivo abordar sobre essa deficiência e apresentar como o professor pode contribuir para o reconhecimento e o diagnóstico precoce da criança disléxica.

Para tanto, a análise foi efetuada por meio de uma pesquisa bibliográfica, realizada nas bases de dados da BVS e da SCIELO e em revistas científicas de educação, artigos científicos, dissertações e documentos relacionados à dislexia.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 DEFINIÇÃO

Segundo Oliveira (2004), a dislexia é um distúrbio ou transtorno que foi diagnosticado pela primeira vez em 1896, pelo neurologista inglês Pringle Morgan, o qual a chamou de perturbação verbal congênita. Nesse contexto, Pringle Morgan apresentou o caso de um aluno que, apesar de ser esperto, não possuía disposições de aquisição de leitura, tornando-se o primeiro a estudar sobre esse tipo de dificuldade em indivíduos com inteligência preservada.

Posterior a isso, outros pesquisadores passaram a estudar essa deficiência, trazendo várias definições para a dislexia. Diante disso, Almeida (2008, p.1) pontua algumas:

- "A DISLEXIA é uma dificuldade de aprendizagem na qual a capacidade de uma criança para ler ou escrever está abaixo de seu nível de inteligência."



- "A DISLEXIA é uma função, um problema, um transtorno, uma deficiência, um distúrbio. Refere a uma dificuldade de aprendizagem relacionada à linguagem."
- "A DISLEXIA é um transtorno, uma perturbação, uma dificuldade estável, isto é, duradoura ou parcial e, portanto, temporária, do processo de leitura que se manifesta na insuficiência para assimilar os símbolos gráficos da linguagem".
- "A DISLEXIA não é uma doença, é um distúrbio de aprendizagem congênito que interfere de forma significativa na integração dos símbolos linguísticos e perceptivos. Acomete mais o sexo masculino que o feminino, numa proporção de 3 para 1".
- "A DISLEXIA é caracterizada por dificuldades na leitura, escrita (ortografia e semântica), matemática (geometria, cálculo), atraso na aquisição da linguagem, comprometimento da discriminação visual e auditiva e da memória".

Todavia, a descrição de dislexia mais empregada na modernidade é a do Comitê de Abril de 1994, da International Dyslexia Association (IDA), que diz:

Dislexia é um dos muitos distúrbios de aprendizagem. É um distúrbio específico da linguagem, de origem constitucional, caracterizado pela dificuldade de decodificar palavras simples. Mostra uma insuficiência no processo fonológico. Estas dificuldades de decodificar palavras simples não são esperadas em relação à idade. Apesar de submetida à instrução convencional, adequada inteligência, oportunidade sociocultural e não possuir distúrbios cognitivos e sensoriais fundamentais, a criança falha no processo de aquisição da linguagem. A dislexia é apresentada em várias formas de dificuldade com as diferentes formas de linguagem, frequentemente incluídas problemas de leitura, em aquisição e capacidade de escrever e soletrar (IDA, 1994 *apud* FORMIGHIERI, OLIVEIRA e SBARDELOTTO, 2015).

Logo, ressalta-se que a dislexia não é uma moléstia, mas sim um desempenho específico do cérebro para um seguimento do linguajar.

Diante disso, ainda que a descrição da dislexia até este momento seja muito controversa, é assumido por determinados estudiosos que se trata de um transtorno específico de aprendizagem mediante uma inteligência normal, ensinamento adequado e ausência de déficits sensoriais explícitos (DEUSCHLE; CECHELLA, 2009).



Sendo assim, caracterizada por dificuldades na atividade da escrita e da leitura, de maneira geral, existem duas categorias de dislexia: a dislexia de desenvolvimento e a adquirida. Nesse aspecto, a primeira refere-se à modificação no estágio da escrita e leitura com princípio sistematizado, ou seja, ambiental, pertinente à forma de aprendizado escolar; enquanto a segunda, de acordo com Lima (2012, p. 6), refere-se àquela adquirida através de um acidente vascular cerebral, de uma lesão cerebral e/ou de um traumatismo craniano.

Diante disso, é interessante apresentar que, de acordo com estudiosos, a dislexia possui três diferentes graus, normalmente descritos como leve, moderado ou severo. Dessa forma, na dislexia leve a criança apresenta uma estreita dificuldade para escrever e ler; no grau moderado, existe a troca frequente de vocábulos escritos e lidos e lapsos de memória para acontecimentos urgentes; e no grau de comprometimento severo, o indivíduo mostra-se quase que desqualificado para escrever e ler. Nesse contexto, o nível de dislexia é habitualmente qualificado e apurado na severidade dos impedimentos apresentados pelo sujeito.

2.2 CAUSAS DA DISLEXIA

Samuel Torrey Orton, médico norte americano, aos fins dos anos de 1920, estabeleceu que a dislexia dizia respeito a uma contraversão de tarefas processada no cérebro, consistindo no fato de que o lado esquerdo estaria operando as tarefas do lado direito, enquanto o lado direito estaria realizando as funções do lado esquerdo. Todavia, o médico logo identificou que sua hipótese não se sustentava, apresentando a teoria de que a dislexia era reflexo de pequenas transgressões de funções de um lado do cérebro para o outro (MARQUES e ROSTELATO, 2017). Posterior a isso, diversos modelos vêm buscando esclarecer as origens que indicam a dislexia.

Assim, segundo Carvalhais e Silva (2007), no meio de várias teorias que explicam as causas da dislexia, de base neurobiológica, tem-se as teorias genéticas e hereditárias e as concepções que se apoiam em fatores ambientais.



Para Massi e Santana (2011), pesquisas recentes, apesar de considerarem a deficiência de seguimento temporal e de processamento visual e auditivo como praticáveis causas da dislexia, indicam o modelo do déficit fonológico como o mais reconhecido na atualidade.

Logo, de origem neurobiológica, a dislexia atinge, portanto, o conhecimento e a utilidade do instrumento da leitura, procedendo do distúrbio ao nível do entendimento fonológico, apesar do quociente de inteligência (QI) dos indivíduos (COELHO, 2012). Dessa forma, entende-se que o distúrbio não está relacionado a um pequeno grau intelectual, pois, pelo contrário, uma criança com dislexia pode manifestar padrões acima da média para a sua idade em outras áreas que não a escrita e leituras. Mas, segundo o autor supracitado, não há acordo quanto à identificação de uma causa exclusiva para a dislexia. Muitos autores informam que se trata de um transtorno de causas variadas.

Nesse contexto, Polese, Costa e Miechuanski (2011) informam que apesar do cérebro dos disléxicos processar conhecimentos em uma zona diferente do cérebro das pessoas que não são disléxicas, seu cérebro é perfeitamente normal. Portanto, supostamente a dislexia procede de falhas nas conexões cerebrais. Assim sendo, as causas mais plausíveis da dislexia são neurológicas e genéticas.

2.3 A CRIANÇA E A DISLEXIA

Segundo diversos autores citados acima, é importante compreender que as crianças com confusões de aquisição de conhecimentos não são deficientes cerebral, mas apenas apresentam defeito no complexo nervoso central que prejudica a escrita e a leitura. Nesse aspecto, segundo Miechuanski *et. al.* (2011), a criança disléxica não deve ser vista como uma paciente doente, mas como um cidadão saudável que tem problemas na área da linguagem escrita e oral e que necessita de apoio, atenção e ajuda diferenciada no período escolar, para que possa conseguir alcançar os objetivos propostos para cada fase, conforme os seus limites.



Trata-se de uma perturbação específica da linguagem escrita e oral, onde a criança que a possui enfrenta muitas dificuldades para aprender a ler e a escrever. A dislexia dificulta às crianças o desenvolvimento de uma leitura espontânea e crítica, tendo problemas de meditação sobre o que lê e de compreensão sobre as palavras que recita, o que torna a leitura de qualquer texto não reflexiva e passiva, com soletração fracionada e sem descrição (MARQUES e ROSTELATO, 2017).

De acordo com Teles (2009), as crianças com dislexia têm disrupção no sistema neurológico, dificultando a fala, a capacidade de análise das palavras e a leitura automática. Esse distúrbio, caracterizado por trocas, omissões, junções e aglutinações de grafemas e confusões entre letras de formas próximas, dificulta o exercício do lado direito de toda criança que é aprender (MOYSÉS, 2008).

Sendo assim, conforme Montanari (2015), no instante da leitura oral, a criança disléxica manifesta embaraço de compreender o que está lendo, expondo a dificuldade em agrupar as palavras e efetuando a leitura devagar, fazendo a pontuação e trocando as sílabas. Além disso, na hora de escrever, o aluno pode apresentar outros problemas como trocar o caderno, pular palavras e ficar parado, buscando sintonizar o que vê com o que está escrito.

Nesse aspecto, segundo Abreu (2012), enquanto os leitores eficientes utilizam o trajeto veloz e automático para ler e estudar as palavras, ativando intensamente os sistemas neurológicos, os alunos disléxicos aproveitam um trajeto vagaroso e analítico para reconhecer as palavras, ativando fortemente o giro inferior frontal, onde vocalizam as palavras.

Sendo assim, os disléxicos apresentam diversas características: na oralidade, têm dificuldades em selecionar palavras para se comunicar; na leitura oral silenciosa, movimentam a cavidade bucal, perdendo a linha de pensamento; e na leitura escrita, fazem uma soletração defeituosa e apresentam dificuldades em acumular e retomar palavras, nomes e objetos ou sequências ou fatos passados, tais como caligrafias do abecedário, datas, dias da semana, idade, tempo. Além disso, indicam imperfeição e agilidade manual e, por ocasiões, escrita ilegível. Nesse aspecto, essas crianças têm



um ritmo de aprendizagem mais lento quando comparados aos colegas. Assim, são nestas situações que o profissional é acionado.

Santos (2014) descreve que a intervenção em consciência fonológica no período de alfabetização favorece o aprendizado do código escrito. É necessário olhar com atenção, não apenas para o mérito de se praticar leitura e escrita, mas como este conhecimento pode acontecer. Almeida (2008) descreve que a conquista na recuperação de uma criança disléxica está aprimorada na terapia multissensorial, combinando constantemente com a visão, com a audição e com o tato para ajudá-lo na leitura e na soletração corretamente das sílabas e palavras.

Nesse aspecto, ainda que a dislexia não tenha cura, existem tratamentos que podem surgir como paliativos. Porém, um dos grandes impasses para o tratamento é justamente o diagnóstico. Quando se trata de indivíduos que pertencem à classe social menos favorecida, dificilmente esses poderão ter acesso aos profissionais da área que estão aptos a diagnosticar e tratar esse transtorno (MONTANARI, 2015). Logo, pode-se dizer que a escola e seu corpo de profissionais, especialmente o professor, tem um papel importante no diagnóstico precoce da deficiência.

2.4 DIAGNÓSTICO

Dislexia é um dos fatores que mais contribui para que a criança não consiga avançar no processo ensino aprendizagem, socialização e concentração. Na fala de Oliveira (2017), verifica-se que a intervenção da dislexia centraliza-se na reabilitação da linguagem escrita e oral, sem dúvida, cabendo ao psicopedagogo, a partir do diagnóstico completo, realizar um planejamento para cada etapa do atendimento individualizado.

Nos últimos anos, as descobertas com os conhecimentos da genética e os métodos de imagem possibilitaram investigações e observações profundas em estudos nas crianças que exibiam problemas de aprendizagem relacionados à confusão, facilitando e aperfeiçoando os diagnósticos. Nesse contexto, esses estudos sugeriram



a utilização da intervenção com base fonológica para interceder prematuramente os indícios da dislexia.

Desta forma, Deuschle e Cechella (2009, p.197) apontam que

Na realização do diagnóstico deve-se utilizar procedimentos que possibilitem determinar o nível funcional da leitura, seu potencial e capacidade, a extensão da deficiência, as deficiências específicas na capacidade de leitura, [...] diagnóstico fonoaudiológico deve ser realizado basicamente pela análise da linguagem nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico [...].

Diante disso, Paixão (2015) descreve que as dificuldades dos sintomas da dislexia em um aluno precisam de um diagnóstico para a exposição do mesmo aos familiares, à escola e aos professores. Para Abreu (2012), ensinar o aluno segundo a condição do seu distúrbio, é engrandecer suas competências e habilidades, evidenciando seu ótimo desempenho em diferentes conteúdos, é um caminho promissor de torná-lo ativo, interessado e responsável em avanço no seu desempenho.

Dessa forma, o quanto antes a dislexia for identificada e tratada, poderá conceder aos professores a criação de métodos para que o dislético consiga lidar e dominar os problemas encontrados.

Para tanto, conhecer os alunos, o passado e as dificuldades de cada é para ajudar o trabalho pedagógico do professor. Tal conhecimento é construído durante o período letivo, à medida em que os alunos têm oportunidades de se relacionar e desenvolver atividades propostas. É, portanto, fundamental que o professor selecione e crie situações oportunas para esse relacionamento.

Diante disso, pode-se dizer que o professor é o profissional mais indicado para fazer o primeiro diagnóstico e pedir ajuda da equipe gestora para ajudar a criança no que precisa para superar ou aprender a conviver com a dislexia.



2.5 O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR NO DIAGNÓSTICO PRECOCE DA DISLEXIA

Crianças com problemas de aprendizagem, seja qual for a origem da barreira, precisam de uma educação, um cuidado e um ensino diferente para que consigam fortalecer suas competências. Logo, quanto antes forem identificadas as dificuldades, melhores serão os efeitos.

São várias e novas as descobertas realizadas no ensino da leitura, onde se encontram novas alternativas, metodologias e mudanças no processo de ensino que podem ser responsáveis pelo sucesso de muitas crianças, visto que cada uma tem suas particularidades, seu ritmo, seu histórico e seu contexto. (POLESE, COSTA e MIECHUANSKI, 2011, p. 16).

O sucesso e insucesso escolar das crianças disléxicas implica nos conhecimentos e interesse de psicólogos, professores, equipe gestora e outros profissionais envolvidos em agir frente às dificuldades expostas pelo aluno.

Uma criança disléxica é capaz de tornar-se um leitor competente dentro de seus limites, o que não requisita ilusionismo nenhum, mas sim o diagnóstico precoce da deficiência.

A leitura é vista como uma forma complicada de conhecimento simbólico, que requer concentração e ajuda mútua do profissional da educação e da família. Nesse aspecto, o professor tem a obrigação de observar a dificuldade que o aluno enfrenta no processo ensino aprendizagem e evitar estereótipo antecipado. O professor tem o dever de identificar as dificuldades apresentadas pelo aluno em sala de aula e, em caso de suspeita de transtornos de aprendizagem, tem a obrigação de informar aos pais e à escola para que ambos tomem as medidas necessárias para o sucesso escolar da criança.

O professor em sala de aula precisa estar atento às dificuldades na leitura e escrita de seus alunos, verificando quais e quantos problemas a criança apresenta. Dessa forma, caso haja o reconhecimento de alguns sintomas, cabe aos professores e ao



coordenador pedagógico avaliar a criança e, se necessário, recomendar aos pais o encaminhamento da mesma aos especialistas (TONELLI, 2017).

Nesse contexto, segundo Polese, Costa e Miechuanski (2011), é importante observar o papel do educador em relação aos educandos nas atividades de alfabetização para detectar dificuldades que vão além das normais e esperadas durante o processo, já que podem ser uma possível dislexia.

A dislexia é a dificuldade específica da aprendizagem na decodificação e na caligrafia de maior ocorrência nas classes de aula que, quando não é identificada nos anos iniciais da aprendizagem, uma vez que a criança está em processo de alfabetização, pode levar a prejuízos quase irreparáveis no processo ensino aprendizagem.

Diante disso, nas palavras de Coelho (2012), o educador deve dar atenção individual e oferecer as orientações e condições essenciais para que as crianças efetuem a caligrafia correta, prevenindo o desenvolvimento de outros problemas ligados à constante escrita incorreta. O isolamento desse aluno pelo professor pode progredir em direção a um transtorno denominado de disgrafia. Em virtude disso, Guerreiro (2012, p. 70) aconselha que o professor deve ter a capacidade de identificar dificuldades, criar estratégias de intervenção e estar sensibilizado para um trabalho cooperativo com outros técnicos, se necessário, e com a família, polo essencial para o equilíbrio emocional da criança.

Sendo assim, Borba e Braggio (2016) descrevem que os educadores precisam conhecer a existência do quadro de dislexia. E, quanto aos coleguinhas de sala, o critério é da criança; se ela quiser expor para os outros alunos, que o faça. Logo, quando o docente acolhe um estudante disléxico na sua sala de aula, ele deve estar atento ao desenvolvimento do aluno (ABREU, 2012, p. 39).

É necessário que o profissional, ao fazer a descoberta de um aluno disléxico, chame o pedagogo da escola e peça ajuda, a fim de que o pedagogo e a gestão escolar chamem a família e, juntos, encaminhe o aluno para o tratamento.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o aumento da população brasileira e com a oferta de benefícios escolares, o número de alunos cresceu nas salas de aula, proporcionando, conseqüentemente, o aumento de crianças disléxicas nas escolas públicas ou privadas.

Posto isso, esse artigo fundamentou-se na questão norteadora: qual é o papel do professor no diagnóstico precoce da dislexia? Tendo como objetivo abordar sobre essa deficiência e apresentar como o professor pode contribuir no desenvolvimento da criança dislexia com o reconhecimento e o diagnóstico precoce dessa deficiência.

Logo, por meio dessa pesquisa, foi possível constatar que a dislexia, enquanto deficiência da linguagem no campo neurológico, traz dificuldades na leitura, na pronúncia e nas habilidades de soletração. O distúrbio constitui-se em muitas alterações na linguagem, principalmente na leitura e escrita. Contudo, conforme Lima (2012, p. 3), quando a criança com dislexia tem seu quadro no início reconhecido como um impasse de aprendizagem escolar pelo professor, com a assistência pedagógica e/ou de especialistas ela é recuperada na maioria dos casos. Portanto, é necessário que os alunos com dislexia sejam reconhecidos o quanto antes e que recebam o tratamento e as ajuda necessárias.

Todavia, é comum que, sem a lucidez da dislexia, os educadores relacionem às dificuldades na leitura e escrita com a má alfabetização, a desatenção, a baixa condição socioeconômica e a desmotivação. No entanto, destaca-se que o dislético não deve ser visto como um doente, paciente ou preguiçoso, mas como um indivíduo saudável que apresenta dificuldades na zona da linguagem e exige auxílio e tratamento diferenciado no período escolar para que possa atingir os objetivos propostos para cada fase, respeitando suas limitações, vontade e interesse.

No Brasil, existe uma política nacional de identificação e acompanhamento de crianças com distúrbios de aprendizagem, o que torna ainda mais fácil a intervenção precoce. Mas os governantes precisam avançar com rapidez na formação e qualificação de mão de obra, de forma que o profissional da educação ou da saúde



possa intervir ou ajudar a crianças com dificuldades na aprendizagem o mais cedo possível.

Atualmente, tramitam diversos projetos de lei sobre a dislexia, mas pouco foi feito para essa classe de crianças que apresentam grandes dificuldades na aprendizagem que, muitas das vezes, contribuem para o elevado índice de reprovação escolar. Portanto, cabe aos Deputados Federais, ao Senado Federal e à Comissão de Educação ajudarem essas crianças com leis que permitam a identificação precoce da dislexia e melhorem as metodologias e práticas educacionais da sala de aula, na busca de oportunizar às crianças disléxicas ou às com dificuldades de aprendizagem melhores condições de usufruir de seus direitos.

Logo, espera-se com esse artigo poder colaborar com os profissionais da educação, para que vejam a aprendizagem de uma forma mais humana e igualitária, direcionando um olhar mais atento aos alunos que possuem esses tipos de dificuldades, a fim de ajudá-los.

REFERÊNCIAS

ABCD. O que é Dislexia. **Instituto ABCD**, 2021. Disponível em: <https://www.institutoabcd.org.br/o-que-e-dislexia/>. Acesso em: 7 jun. 2020.

ABREU, S. I. A. de. **Dislexia**: Aprender a Aprender. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/2933/1/Tese%20Dislexia%20Aprender%20a%20Aprender%20-%20S%C3%B3nia%20Abreu%20Doc%20Fina.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ALMEIDA, M. S. R. Dislexia. **Psicologia.pt**, 2004. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0217. Acesso em: 15 nov. 2016.

ALMEIDA, M. S. R. Dislexia. **Psicologia.pt**, 2008. Disponível em: <http://acervo.plannetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1328>. Acesso em: 07 jul. 2022.

BORBA, A. L.; BRAGGIO, M. Â. Como interagir com o disléxico em sala de aula. **Associação Brasileira de Dislexia**, 2016. Disponível em: <https://www.dislexia.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Como-interagir-com-o-disl%C3%A9xico-em-sala-de-aula-Leis.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.



CARVALHAIS, L. S. de A.; SILVA, C. Consequências sociais e emocionais da Dislexia de desenvolvimento: um estudo de caso. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 11, n. 1, p. 21-29, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/6hzxH48Z8RZc9nhxWttbdvC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2017.

COELHO, D. T. **Dislexia, Disgrafia, Disortografia e Discalculia**. Portugal. Porto: Areal Editores, 2012.

DEUSCHLE, V. P.; CECHELLA, C. O Déficit em Consciência Fonológica e sua Relação com a Dislexia: diagnóstico e intervenção. **Revista CEFAC**, v. 11, Supl. 2, p. 194-200, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcefac/v11s2/16-08>. Acesso em: 20 ago. 2020.

EDIR, A. C. de B.; MATOS, L. A. L.; MEIRA, H. B. B. A Neurobiologia da Dislexia. **Neurociências em debate**, 2016. Disponível em: <http://cienciasecognição.org/neuroemdebate/?p=1126>. Acesso em: 20 mai. 2020.

FORMIGHIERI, F. S. de M.; OLIVEIRA, D. de E.; SBARDELOTTO, D. A. Dislexia, dificuldade de e na aprendizagem. In: **Anais do 13º Encontro Científico Cultural Interinstitucional**, 2015. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/ecci/anais/5bab6d790aeb.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

GUERREIRO, T. I. B. **A Prática Pedagógica com Alunos Disléxicos na Escola de 1º Ciclo do Ensino Básico**. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/48578117.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2019.

LIMA, I. G. S. A Dislexia e o Contexto escolar. **Anhanguera**, v. 5, p. 1-15, 2012. Disponível em: <http://www.pixfolio.com.br/arq/1401825967.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MARQUES, F. F. de O.; ROSTELATO, T. A. Dislexia: Distúrbio Dificultador da Leitura e da Escrita. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas**, 2017. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/8Mh3cx5dnt7Jn8y_2017-1-21-11-6-58.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

MASSI, G.; SANTANA, A. P. de O. A desconstrução do conceito de dislexia: conflito entre verdades. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 21, n. 50, p. 403-411, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/jMPbvDzPbLRNGHt3NF8WZVD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2017.

MONTANARI, R. **Uma Análise Sobre Dislexia na Escola**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2015.



Disponível

em

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128229/000851153.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 mai. 2020.

MOYSÉS, M. A. A. Dislexia existe? Questionamentos a partir de estudos científicos. *In: Conselho Regional de Psicologia (Org.). Dislexia: subsídios para políticas públicas*. São Paulo, 2010 (Caderno Temático, v. 8). Disponível em: http://www.crpsp.org.br/medicalizacao/arquivos/caderno_8.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

OLIVEIRA, R. de M. A Importância de Analisar as Dificuldades de Aprendizagem no Contexto Escolar – Dislexia, Disgrafia, Disortográfica, Discalculia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. pp. 492-521, 2017. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/dislexia-disgrafia-disortografica>. Acesso em: 15 mar. 2019.

OLIVEIRA, R. de. Maioria tem diagnóstico tardio de dislexia. Folha de São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0407200426.htm>. Acesso em: 07 jul. 2022.

PAIXÃO, W. do S. B. da; PAIXÃO, R. C. B. da.; PAIXÃO, V. M. Dislexia: Construir-Desconstruir-Reconstruir. *In: Encontro Internacional De Formação De Professores E Fórum Permanente De Inovação Educacional*, v. 8, n. 8, 2015. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/1270>. Acesso em: 20 mai. 2020.

POLESE, C. L.; COSTA, G. M. T. da.; MIECHUANSKI, G. P. Dislexia: Um Novo Olhar. **Revista de educação do IDEAU**, v. 6, n. 13, 2011. Disponível em: https://www.getulio.ideau.com.br/wp-content/files_mf/57405f29c8cff4c49ce85404b6a8b76b154_1.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

SANTOS, C. S. Intervenção em Casos de Dislexia: Uma Revisão de Literatura. **Revista Virtual Lingu@ Nostr@N**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 113–123, 2019. Disponível em: <http://linguanostra.net/index.php/Linguanostra/article/view/28>. Acesso em: 20 mar. 2019.

TELES, P. Método Fonomímico Paula Teles®. **Actas do 12º Colóquio de psicologia e educação**, 2014. Disponível em <http://dislexiabrasil.com.br/wdforum2014/wp-content/uploads/2014/05/0.-M%C3%89TODO-FONOM%C3%8DMICO-Paula-Teles%C2%AE.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

TONELLI, J. R. A. As capacidades de linguagem de um aluno “dislético” aprendiz de inglês. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 68, 2017. Disponível em: http://www.uel.br/cch/nap/pages/arquivos/Tonelli_Juliana_RA_Do_2012.pdf. Acesso em: 13 jul. 2017.



Enviado: Junho, 2022.

Aprovado: Julho, 2022.

¹ Mestre em Ciências da Educação - Universidade de la Integración de las Américas, Pós em Docência do Ensino Superior – Universidade Cândido Mendes, Pós em Gestão Escolar- Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Graduado em História – Universidade Federal do Amazonas (UFAM). ORCID: 0000-0001-6382-6991.

² Orientadora. ORCID: 0000-0002-0696-9686.